

Sofrimento e adoecimento do trabalhador docente: entre o produto invisível e a produtividade palpável¹

Profa. Izabel Cristina Ferreira Borsoi²

Resumo

Este trabalho visa discutir aspectos relativos à forma como docentes de uma universidade pública federal qualificam sua situação laboral e as metas de produtividade acadêmica, bem como expressam suas queixas de sofrimento e adoecimento. Foram abordados 96 professores efetivos — 56 homens e 40 mulheres —, vinculados ou não a um programa de pós-graduação. Os resultados apontam que a maioria dos docentes qualifica seu trabalho como precário, sobretudo quanto à infraestrutura material, e julga que trabalha sob forte exigência de metas de produtividade — esta, considerada fundamentalmente como sendo as publicações. Parte significativa dos professores apresenta queixas quanto à sua saúde, as predominantes sendo aquelas de ordem psicoemocional e/ou psicossomática, que acometem principalmente as mulheres.

Palavras-chave: Trabalho docente, saúde, produtividade acadêmica, precarização do trabalho.

Introdução

O título deste trabalho põe um elemento sugestivo que nos força a uma reflexão: o docente está, aqui, qualificado como trabalhador, algo não muito comum no meio acadêmico. Esta constatação me leva a julgar importante enumerar algumas características da atividade do professor que podem ter contribuído para que ele não se considerasse como tal.

O trabalho docente tem uma natureza particular, que permite que: seja realizado, em parte, fora do ambiente institucional; extrapole frequentemente os limites específicos da jornada regimental contratada; não possibilite visibilidade clara de seu

¹ Trabalho desenvolvido a partir da palestra proferida na mesa redonda “Experiências e diagnóstico em saúde do trabalhador docente”, ocorrida no III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre saúde do trabalhador, Vitória — 13 a 15 de maio de 2011. O tema discutido aqui é baseado em resultados da pesquisa “Precarização do trabalho e produtividade: implicações no modo de vida e na saúde de docentes do ensino público superior”, que teve apoio financeiro da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES) para custeio de material de consumo e assessoria de informática e estatística.

² Psicóloga, Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

produto; dependa, em grande medida, de condições especiais para ser efetivado — a exemplo da preparação de aulas e da elaboração de textos científicos, artigos etc.; haja relativo controle, por parte do professor, sobre suas atividades, bem como sobre a entrada e saída da instituição. Enfim, é um trabalho que, até certo ponto, faz com que o docente sinta-se autônomo.

Características como essas dificultam que ele se veja como um trabalhador “típico”. Nesse caso, “típico” diz respeito a quem trabalha nos setores privados da indústria, do comércio ou dos serviços, e não realiza trabalho nos moldes da atividade acadêmica.

Percepções como essas começaram a se modificar quando as instituições públicas passaram a adotar princípios e critérios de gestão do trabalho semelhantes aos do modo de organização do setor privado: política produtivista, estímulo à competição, exigência crescente de maior qualificação profissional etc.

É importante levar em conta, entretanto, que a atividade docente realiza-se na dimensão imaterial do trabalho por excelência, ou seja, é dotada de maior dimensão intelectual nas atividades laborais e “expressa a vigência da esfera informacional da forma mercadoria [...]”, como defende Antunes (2006, p. 36).

Assim, os princípios e critérios mencionados a pouco impactam de modo avassalador tanto a qualidade da produção acadêmica — que passa a ter como parâmetro principal a quantidade — quanto a saúde e o modo de viver dos docentes.

Dessa forma, mesmo que consideremos a realização profissional e o prazer no trabalho como elementos importantes da atividade acadêmica, não é possível negar que sofrimento e adoecimento têm sido os principais motivos para que o trabalho docente passasse a integrar o campo de preocupação das associações representativas da categoria e de profissionais de saúde do trabalhador.

As medidas de flexibilização dos processos e das relações de trabalho, bem como de redução de custos — adotadas pelo governo federal nas universidades, a partir da década 1990 —, contribuíram para a construção de uma cultura acadêmica centrada na lógica mercantil globalizada, caracterizada por exigências de metas e excelência produtivas (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009). Os desdobramentos de tais medidas na vida dos docentes têm sido, entre outras coisas, a sobrecarga física e psíquica, que se expressa em modos diversos de sofrimento e adoecimento, principalmente os de ordem psicoemocional.

Esta constatação foi a base de uma pesquisa que teve como objetivo investigar aspectos da precarização do trabalho³ que impactam a saúde e o modo de vida de docentes do ensino público superior. O campo empírico foi a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A explanação, neste trabalho, se restringirá à discussão de alguns aspectos relativos à forma como os docentes qualificam sua situação de trabalho na universidade e as exigências de metas de produtividade acadêmica, bem como expressam suas queixas de sofrimento e adoecimento.

Cabe informar que, em relação à intensificação do trabalho nas universidades públicas federais, Sguissardi e Silva Junior (2009), tomando como referência sete universidades federais da região Sudeste, apontam que, entre 1995 e 2005, houve um crescimento vertiginoso do número de cursos de graduação, de programas pós-graduações e, por consequência, do número de alunos. Obviamente, esse crescimento foi maior ou menor dependendo do nível de desenvolvimento e relevância da instituição. Considerando as duas universidades localizadas nos extremos dessa expansão, a que menos cresceu foi a Universidade Federal Paulista (UNIFESP) e a que mais se expandiu foi exatamente a UFES.

Esse dado é importante para mostrar que os professores dessa universidade presenciaram intensamente o percurso da reestruturação universitária, no que diz respeito às mudanças na carreira docente e no conjunto de direitos trabalhistas, bem como à expansão de sua estrutura física (construção e reforma de prédios) e acadêmica (criação de novos cursos de graduação e pós-graduação) etc.

Percurso metodológico

A pesquisa foi iniciada em meados de 2009 e realizada em duas etapas. A primeira caracterizou-se por um levantamento de informações através de um protocolo de perguntas fechadas e abertas abordando: jornada e condições de trabalho; forma de organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; sentimentos em relação ao trabalho; aspectos relativos à saúde e ao modo de organização do tempo liberado do trabalho; e impressões gerais sobre a própria atuação como docente, sobre a universidade e sobre as perspectivas de futuro.

³ A noção de precarização está relacionada ao processo de reestruturação produtiva, que trouxe em seu seio formas de flexibilização dos vínculos empregatícios, das relações de trabalho, da jornada e das condições de trabalho etc. Sendo assim, diz respeito às expressões contemporâneas do trabalho precário, sendo este último uma característica inerente ao capitalismo (BORSOI, 2011).

O instrumento foi apresentado em versão impressa e *on-line*,⁴ ficando a critério do docente escolher de que forma gostaria de participar. Em qualquer uma das versões ficou resguardada a identidade do docente — isso feito em conformidade com os procedimentos recomendados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES (CEP), instância no qual o projeto de pesquisa foi aprovado. Os professores foram informados sobre a pesquisa e convidados a participar dela através de reuniões departamentais e de *e-mails*.

Os resultados permitiram análise quantitativa e qualitativa, ao mesmo tempo. No caso da sistematização dos dados para análise estatística, foi utilizado o programa SPSS (versão 11.5).⁵ As informações qualitativas foram sistematizadas com base na técnica de análise de conteúdo.

Os procedimentos adotados no percurso da análise foram realizados de forma a permitir traçar o perfil dos docentes envolvidos na pesquisa no que diz respeito ao modo de caracterizar seu trabalho e organizar sua jornada, ao tempo efetivo dedicado ao trabalho, aos aspectos de gênero, às expressões de sofrimento e/ou adoecimento etc.

A segunda etapa consistiu em um conjunto de entrevistas em profundidade com professores dos vários departamentos que responderam as perguntas do protocolo. Aqui a amostra foi construída intencionalmente e as informações obtidas não integram a análise desenvolvida neste trabalho.

Participaram da primeira etapa 117 docentes efetivos de um universo de 403. Entretanto, a amostra ficou restrita a 96 professores, tendo em vista que alguns apresentaram protocolos incompletos ou com incoerências internas. Permaneceram, então, 56 homens (58,3%) e 40 mulheres (41,7%) com idade média de 46,7 anos, variando entre 26 a 68 anos, distribuídos por 18 departamentos (ver quadro 1).

⁴ A versão *on-line* do protocolo foi elaborada pelo engenheiro de computação Gustavo Becacici.

⁵ A sistematização das informações quantitativas, bem como a elaboração de tabelas e gráficos ficou a cargo do cientista social Flavilio Silva Pereira.

Quadro 1: Professores efetivos participantes da pesquisa por departamento

	Professores efetivos por departamento por ocasião convite para participação da pesquisa	Docentes/ depart.	Docentes particip.
1	Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento	17	8
2	Departamento de História	15	3
3	Departamento de Ciências Biológicas	20	3
4	Departamento de Linguagem, Cultura e Educação	15	4
5	Departamento de Teoria de Ensino e Práticas Educacionais	16	7
6	Departamento de Educação, Política e Sociedade	19	3
7	Departamento de Línguas e Letras	33	12
8	Departamento de Ciências Econômicas	27	8
9	Departamento de Serviço Social	17	4
10	Departamento de Administração	18	9
11	Departamento de Engenharia Civil	19	2
12	Departamento de Engenharia Mecânica	26	3
13	Departamento de Engenharia Elétrica	32	10
14	Departamento de Informática	29	5
15	Departamento de Matemática	25	4
16	Departamento de Física	32	2
17	Departamento de Medicina Social	15	5
18	Departamento de Enfermagem	28	4
Total		403	96

Fonte: Pesquisa direta

Foi critério para delimitação do universo da pesquisa que os departamentos nos quais os docentes estavam lotados tivessem programas de pós-graduação em funcionamento por, ao menos, três anos — com isso, garantindo o triênio para a primeira avaliação da CAPES. Esses departamentos estão vinculados a diferentes centros: Tecnológico, Educação, Ciências Humanas e Naturais, Ciências Jurídicas e Econômicas, Ciências Exatas e Ciências da Saúde. Assim, foi contemplada uma grande diversidade de áreas de conhecimento.

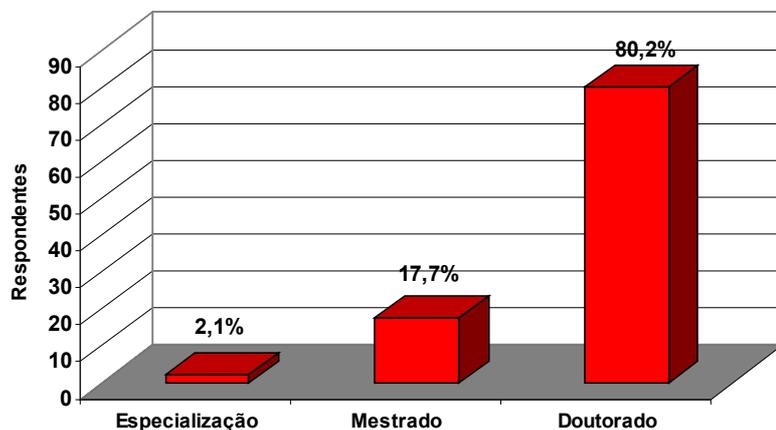
Os docentes e o trabalho na universidade: modos de trabalhar, sofrer e adoecer

A discussão sobre as implicações do trabalho acadêmico na saúde dos professores precisa ser precedida de informações relativas ao perfil dos participantes da pesquisa, bem como às condições em que o trabalho é efetivado na universidade.

A começar pelo vínculo de trabalho, 94,8% trabalham em regime de dedicação exclusiva (DE) e têm, em média, 14,6 anos de atividade na UFES — tempo suficiente para se qualificarem e acumular experiência tanto na docência como na pesquisa. Esse tempo varia de menos de três anos a 34,7 anos. Quanto à carreira docente, apenas 13,5%

da amostra estão como assistentes. Dentre os demais, 58,3% são adjuntos e 28,1%, associados. Dois terços (80,2%) têm doutorado e poucos são mestres ou especialistas, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Titulação dos docentes



Fonte: Pesquisa direta

A elevada titulação faz com que a maioria participe de algum programa de pós-graduação, no caso 65% assinalaram estar como professor permanente ou colaborador. Dentre os participantes, 60,4% exerciam alguma função administrativa (diretor de centro, chefia de departamento, coordenador de curso, representante de algum colegiado etc.).

No que se refere às condições de trabalho, os docentes as qualificam como “precárias”, “péssimas”, “insatisfatórias”, “ruins” etc., totalizando 97 referências negativas. Para muitos, isso é gerador de desestímulo, insatisfação, desânimo, frustração. Em contraste, há 40 adjetivações positivas ou neutras, tais como “boas”, “satisfatórias”, “razoáveis”, “adequadas”, “modestas” etc. O Quadro 2 oferece alguma dimensão de como os docentes julgam sua situação laboral.

Quadro 2: Comentários dos docentes sobre condições de trabalho

Insuficientes, desvalorizadas, negligenciadas.
Falta de infraestrutura física e de pessoal qualificado nos serviços administrativos, ter que dividir sala com outros professores e alunos.
Desgastantes, aulas boas em decorrência da experiência; equipamentos bons, salas pequenas, sujas, desconfortáveis, divididas com mais três professores e dezenas de alunos em fluxo variável, com todo mundo utilizando três computadores.
Condição deplorável; péssimo acesso a recursos didáticos — nem mesmo temos quem carregar e montar o equipamento em sala de aula. Não há recursos (computadores, <i>softwares</i> , possibilidade de tirar cópias de questionários ou ter acesso a programas de pesquisa <i>on-line</i>) fornecidos pela universidade. Todos os recursos vêm de fontes externas, quando conseguimos acesso a elas.
Condição predial deficitária, oferecendo riscos à segurança e à vida. O prédio precisa de reformas e, há mais de 10 anos, nem pintura tem sido feita. O aspecto do local de trabalho é desagradável e desconfortável para quem trás pesquisadores de outras instituições.
Salas e laboratórios de aula regulares; acesso a recursos didáticos bom, salas de atendimento péssimas.
Vão de péssimo — quando se trata de serviços prestados pela universidade (como telefone, luz, água, ar condicionado, computadores, internet etc.) — ao excelente, quando se trata dos equipamentos para pesquisa, graças ao enorme esforço individual e coletivo para obtenção de recursos externos.
Ruins, indesejáveis e deprimentes.
São boas, mas poderiam ser melhores.
Condições de trabalho limitadíssimas, beirando, em muitos casos, ao imprevisto.

Fonte: Pesquisa direta

A maioria dos professores da amostra considera que está trabalhando em demasia e isso se expressa no número considerável de orientações que assume. Entre os respondentes, 85,4% afirmam ter orientandos em cursos de graduação e/ou pós-graduação e 39,6% supervisionam estagiários. O número de orientandos por professor varia muito, o que vai de um a 20 estudantes por docente. No entanto, chama a atenção o registro de que 41,8%, dos 55 docentes que declaram orientar em cursos de pós-graduação, têm entre quatro e 10 orientandos sob sua responsabilidade, como podemos ver na Tabela 1.

Tabela 1: Relação professor-orientando em programas de pós-graduação

	Freq.	%
1 Aluno	9	16,4
2 alunos	14	25,5
3 alunos	5	9,1
Entre 4 e 5 alunos	16	29,1
Entre 6 a 10 alunos	7	12,7
Entre 11 e 20 alunos	3	5,5
NS/ NR	1	1,8
Total	55	100,0

Fonte: Pesquisa direta

O número de orientandos por professor costuma ser maior quando os docentes atuam, ao mesmo tempo, em programas de mestrado e doutorado. Em sua maioria, esses docentes assumem também orientar ou supervisionar estudantes de cursos de graduação. A Tabela 2 mostra a relação professor-orientando em programas de graduação. Nela é possível observar que um número significativo de docentes tem entre quatro e 20 orientandos.

Tabela 2: Relação professor-orientando em programas de graduação

	Freq.	%
1 Aluno	9	12,2
2 alunos	18	24,3
3 alunos	10	13,5
Entre 4 e 5 alunos	20	27,0
Entre 6 a 10 alunos	14	18,9
Entre 11 e 20 alunos	2	2,7
NS/ NR	1	1,4
Total	74	100,0

Fonte: Pesquisa direta

Tem sido frequente muitos docentes ministrarem até 12 horas de aula no semestre, mesmo que tenham pesquisa cadastrada, estejam publicando e orientando graduandos e/ou pós-graduandos.

Uma das principais queixas diz respeito à pressão em torno da produtividade. Nesse caso, produtividade é entendida como publicação. As demais atividades não são consideradas do mesmo modo, embora algumas delas sejam qualificadas como gratificantes, como ministrar aulas e orientar estudantes — trabalho que implica contato direto com “jovens em busca de conhecimento”. Assim, mesmo que julguem que trabalham em excesso, muitos não se sentem produtivos.

Embora a carga de trabalho apareça como similar entre docentes que atuam apenas em cursos de graduação e aqueles que atuam também em programas de pós-graduação, são os que estão nas pós-graduações que enfatizam a forte pressão por produtividade — neste caso, um elemento importante gerador de tensão e, por consequência, de mal-estares e até de adoecimento.

No campo da saúde, dentre os participantes, 78 (81,3%) assinalaram ter procurado atendimento médico e/ou psicológico nos últimos dois anos. Desse conjunto, 46,2% fizeram-no entre uma e duas vezes por ano (ver Tabela 3). No mesmo grupo, 36% — 18 mulheres e 10 homens, totalizando 28 participantes — apresentam queixas

relacionadas a agravos de ordem psicoemocional (principalmente depressão e ansiedade), 14,1% referem enxaqueca, cistite e crise gástrica — que também podem ter como desencadeante a dimensão psicoemocional — e 12,8% informaram ter afecções osteomusculares. Há ainda relatos de afecções como hipertensão, diabetes e distúrbios hormonais.

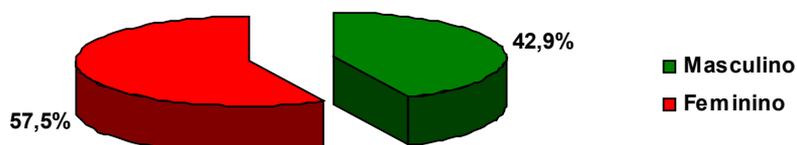
Tabela 3: Procura de atendimento médico e/ou psicológico e queixas relativas à saúde

Procuraram atendimento médico e/ou psicológico	78	81,3%
Procuraram atendimento médico e/ou psicológico e informam apresentar queixas psicoemocionais	28 (18 mulheres e 10 homens)	36%
Procuraram atendimento médico e revelam ter enxaqueca, cistite e crise gástrica	11	14,1%
Procuraram atendimento médico e declaram apresentar afecções osteomusculares	10	12,8%

Fonte: Pesquisa direta

Da amostra pesquisada na UFES, 23 mulheres e 24 homens, totalizando 48,5%, dizem fazer uso frequente de medicação prescrita. Cabe sublinhar que, considerando o grupo amostral por gênero, constatamos que as mulheres que usam medicação correspondem a 57,5% das (40) participantes da pesquisa, percentual que cai a 42,9% entre os (56) homens, como pode ser visto na Figura 2.

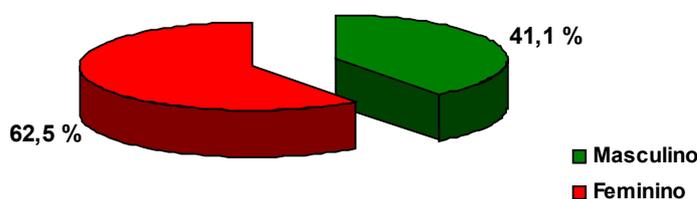
FIGURA 2. Docentes que afirmaram fazer uso de medicação prescrita



Fonte: Pesquisa direta

A metade dos participantes, isto é, 48 docentes, expressa queixas quanto a mal-estares e desconfortos, como cansaço, fadiga, estresse, insônia e dores no corpo, embora isso não represente, para eles, justificativa suficiente para buscar ajuda médica e/ou psicológica. Considerando a diferença por gênero, vemos que as mulheres são as que procuram esse tipo de suporte com maior frequência. Elas compõem 62,5% do conjunto das 40 professoras participantes, contra 41,1% do grupo de 56 homens (ver Figura 3).

FIGURA 3. Docentes que referiram mal-estares e desconfortos, como cansaço, fadiga, estresse, insônia e dores no corpo



Fonte: Pesquisa direta

O esgotamento físico e psíquico ao final da jornada laboral foi assinalado por 27 (28,1%) de todos os participantes. Situação parecida ocorre em relação ao cansaço ao se levantarem, pela manhã, para o trabalho. Em geral, esses docentes afirmam buscar ajuda de profissionais de saúde.

Cabe ressaltar que, embora não tenha sido foco da pesquisa investigar *burnout*, é possível apontar que os sinais mais frequentes de sofrimento ou adoecimento entre os docentes são aqueles relacionados a essa síndrome, que se caracteriza pela presença de um quadro de exaustão mental e emocional, fadiga e depressão. São sintomas que têm em sua base elementos como exigências de produtividade e excelência e, ao mesmo tempo, dificuldades para o cumprimento de tais exigências (Lakaz, 2010). Pelo que vimos, essas são características fundamentais no trabalho docente, na atualidade. Portanto, não causa estranheza que encontremos associações entre determinadas queixas dos professores e a síndrome de *burnout*.

Um outro aspecto importante a destacar é que informações como as aqui apontadas não se restringem à UFES. Pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), utilizando, em parte, dados da Divisão de Saúde Ocupacional da própria instituição, mostra que, em 2007, 194 docentes procuraram aquele serviço — 124 (63,9%) mulheres e 70 (36,1%) homens. Os diagnósticos prevalentes foram os transtornos mentais e comportamentais, envolvendo 20 mulheres e nove homens, seguidos de doenças do sistema nervoso, que acometeram 17 mulheres e seis homens.

Apesar das diferenças quanto às abordagens metodológicas, tanto a pesquisa realizada na UFF quanto a que foi desenvolvida na UFES apontam na mesma direção: a predominância de determinados modos de adoecimento ou de sofrimento, relacionados, em sua maioria, a queixas psicoemocionais, e o segmento feminino revelando-se como mais suscetível a tais problemas do que o segmento masculino.

Os problemas mais frequentes relatados pelos docentes da UFES não se restringem a transtornos designados como de ordem psicoafetiva ou aos que possam ter a dimensão psicoemocional como desencadeante principal de alguma afecção de expressão somática.

Dos participantes da pesquisa, 64,6% assinalaram que ministram aula com algum nível de esforço vocal e 28,1% já sentem desconforto e irritação na região da garganta. Os motivos apresentados para tal esforço são as condições inadequadas das salas de aula e, muitas vezes, o elevado número de alunos. Sobre esse assunto, há duas observações dignas de nota.

A primeira diz respeito às mulheres, que são as que mais sofrem os prejuízos de tais condições. Nesse caso, é provável que isso se deva ao fato de que elas, comumente, têm voz com menor volume do que os homens, o que as obriga ao esforço vocal para ser ouvidas.

A segunda observação tem a ver com a relação entre esforço vocal e quantidade de horas-aula semanais. Nesse caso, esse tipo de esforço, com ou sem desconforto e irritação, tende a aparecer mais entre os docentes que ministram nove ou mais horas-aula semanais. É possível questionar se nove ou 12 horas de aula ao longo de uma semana poderiam comprometer a voz de um professor. Uma provável explicação tem a ver com o modo que os docentes encontram para organizar suas tarefas, considerando a imensa diversidade delas. É um fato que os professores procuram organizar de modo racional sua jornada de trabalho, concentrando as atividades de ensino em poucos dias da semana, com a finalidade de dispor de mais tempo para suas pesquisas, encargos

administrativos, viagens para participação em bancas ou em congressos, elaboração de trabalhos científicos etc. Assim, é comum assumirem ministrar, em condições inadequadas, quatro horas num mesmo turno, ou até seis horas em dois turnos próximos, tendo curtos intervalos para repouso.

A literatura mostra que a categoria docente é a que mais sofre consequências relacionadas ao uso da voz. Isso porque, na tentativa de modificar a voz, para alcançar um padrão considerado adequado, o professor produz ajustes musculares inadequados que perduram durante todo o dia de trabalho. Isso resulta em fadiga e alteração da qualidade vocal (LUCHESEI et al., 2009). Diante disso, não nos surpreende que, mesmo considerando que não haja excessiva carga horária de aulas a ministrar, um grupo significativo de professores da amostra pesquisada apresente problemas vocais.

Independentemente de declarar ou não alguma queixa referente à saúde, parte importante dos integrantes da pesquisa realizada na UFES associa sobretudo a aspectos da situação de trabalho os prejuízos que sente na vida pessoal ou na saúde.

Considerações finais

O trabalho docente nas universidades públicas federais está sendo executado em condições precárias em termos de infraestrutura material e de apoio administrativo; tem sido caracterizado pela sobrecarga de trabalho e por forte exigência de cumprimento de metas produtivistas; e está reorganizando intensamente o modo de viver dos docentes, dentro e fora do espaço institucional. Isso tem levado a prejuízos importantes para sua saúde. Trata-se de uma constatação que corrobora os resultados de outras pesquisas realizadas acerca do trabalho de professores do ensino superior.⁶

Mesmo que as atividades dos docentes impliquem uma intensa exigência cognitiva e eles despendam tempo em jornadas que, muitas vezes, ultrapassam 40 horas semanais, o resultado de seu esforço é, em geral, impalpável.

Ministrar aulas, pesquisar, participar de reuniões deliberativas, orientar estudantes — tudo isso faz parte de uma produção quase sempre invisível aos olhos da própria comunidade acadêmica e, em particular, aos daqueles que estão fora dessa coletividade. Muitas tarefas são avaliadas como motivo para “emperrar a produção

⁶ A relação entre aspectos do trabalho e sofrimento e adoecimento de professores de ensino superior pode ser encontrada em autores como Alvarez (2004), Lopes (2006), Bianchetti e Machado (2008), Emiliano (2008) e Lacaz (2010).

acadêmica”. Esse “emperrar” a produção conduz o docente sentir-se improdutivo, apesar de considerar que trabalha em demasia.

O trabalho produtivo, aos olhos do docente, restringe-se, no fundamental, às publicações, ou seja, à chamada “produção científica”. É assim que professor tem o vislumbre da materialidade do que faz, parece encontrar elo com os trabalhadores “típicos” e começa a tomar ciência de que o trabalho docente, mesmo em seu caráter imaterial, é realizado por sujeitos que também são trabalhadores.

Essa busca de materialidade e visibilidade para um trabalho imaterial pode explicar, na dimensão subjetiva, a excessiva preocupação com a quantidade de publicações passível de ser registrada no currículo acadêmico e de ser confirmada nos *sites* de revistas científicas ou nas prateleiras das livrarias etc. Entretanto, é preciso considerar a dimensão objetiva do problema, que já parece naturalizada entre os docentes: essa produtividade científica segue políticas de metas criadas por instituições que financiam e/ou controlam parte do trabalho acadêmico.

Ambas as dimensões se imbricam e parecem confundir os próprios docentes, que já não têm clareza suficiente de por que, de fato, precisam publicar seus trabalhos. É possível deduzir que se trata de um processo no qual a ideologia adquire “validade psicológica”, para adotar aqui uma expressão gramsciana.⁷ Isto é, as ações coercitivas só têm efeito real na vida dos indivíduos se eles as dotarem de sentido que julguem próprio; quando justificam seus atos e pensamentos a partir de si mesmos, e não a partir do que lhes é externo.

Os docentes já internalizaram as regras externas de produtividade, a ponto de buscar produção elevada por uma necessidade que sentem como própria, seja para honrar seus compromissos (reais ou imaginários) com a universidade, seja para se manter competitivos diante de seus pares. Embora ainda sintam-se pressionados a produzir, agem como se essa forma de coerção fizesse parte da natureza de seu trabalho e da expectativa normativa da instituição universitária.

No que diz respeito à autonomia docente, na prática, ela parece estar restrita a aspectos do trabalho tais como os conteúdos das disciplinas que ministra e a possibilidade de realizar grande parte do trabalho fora do espaço físico da instituição.

Por sinal, a não obrigatoriedade de o professor permanecer na universidade durante toda a jornada tem implicado, na realidade, a invasão sem limites da esfera privada pela esfera laboral, uma vez que a fronteira entre os tempos do trabalho e do

⁷ Conforme Gramsci (1978).

não trabalho deixou de ser claramente reconhecida tanto no plano cronológico como no subjetivo. Assim sendo, as dimensões pessoal e profissional passam a gravitar quase que de maneira integral em torno do trabalho.

Ao final, os professores, com muita frequência, questionam a sobrecarga de atividades, o trabalho noturno e nos finais de semana, a falta de tempo livre etc., mas já consideram tudo isso parte dos “ossos do ofício”. Do que se pode notar, a autonomia acadêmica e a “flexibilidade” laboral parecem tornar-se sinônimas.

Para concluir, julgo importante destacar que a estabilidade no trabalho de que gozam os docentes de universidades públicas federais está tendo um preço consideravelmente elevado. Todos estão sendo pressionados a investir em produtividade e estão sendo instigados a adotar comportamentos competitivos entre seus pares, mesmo que isso sacrifique a qualidade da produção acadêmica e possa gerar sofrimento e adoecimento — que na maioria das vezes passam despercebidos pelos colegas e pela própria administração universitária.

Por fim, não podemos desconsiderar que, tal como se dá com a invisibilidade da maioria das atividades dos docentes, também tem sido pouco perceptível que muitos docentes, em grande medida, estão pondo o compromisso com seus alunos, seus colegas, sua produção científica acima de suas necessidades e condições pessoais — enfim, acima de sua saúde física e mental.

Referências

ALVAREZ, Denise. *Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro! Para onde vai a produção acadêmica?* Rio de Janeiro: Myrrha, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana M. N. – “Reféns da produtividade”: sobre produção de conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. *GT: Trabalho e Educação*, nº 09. ANPED. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503--Int.pdf>. Acessado em 07 de março de 2008.

BORSOI, Izabel Cristina F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia* – Revista de Ciências Sociais. UAEM, Nº 55, enero-abril 2011, p. 113-133.

EMILIANO, Norma. *Sociabilidades e adoecimento nas universidades: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: _____ *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 311-339.

LACAZ, Francisco A. C. Capitalismo organizacional e trabalho: a saúde do docente. *Universidade e Sociedade*. Brasília. Ano XIX. Nº 45, jan. 2010, p. 51-59.

LOPES, Márcia C. R. “Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, RJ. Ano 6. N. 1, p. 35-48, 2006.

LUCHESI, Karen. F. et al. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a óptica do professor. *Saúde e Sociedade*. Vol.18, Nº 4, São Paulo, oct./dec. 2009, p. 673-681.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Junior, João dos R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.